



014626 26-08 '21

VALENTE, TRINDADE & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Município de Pombal
Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Largo do Cardal
3100-440 Pombal

Assunto: Envio de informação semestral sobre a situação económica e financeira do Município

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Pombal

Conforme preconizado no artigo 77 da Lei 73/2013 “*Compete ao auditor externo que procede anualmente á revisão legal das contas remeter semestralmente aos órgãos executivo e deliberativo da entidade informação sobre a respetiva situação económica e financeira*”. Neste sentido, serve a presente para remeter ao Ex.mo Senhor Presidente, da Assembleia Municipal de Pombal a informação sobre a situação económica e financeira do Município reportado a 30 junho de 2021, documento que anexamos.

Com base no trabalho efetuado e explanado no documento, concluímos que o Município de Pombal dispõe de condições financeiras para cumprir com as obrigações assumidas a 30 junho de 2021.

Lisboa, 13 de agosto de 2021

Valente, Trindade & Associados, SROC, Lda.
Representada por:
Bruno Cabral da Trindade, ROC n.º 1713

Município de Pombal

**Informação do auditor externo sobre situação
económica e financeira reportada a**

30 de junho de 2021

Ao Órgão Deliberativo do Município de Pombal,

Introdução

Para efeitos do disposto na al. d) do N.º 2 do Art.º 77 da Lei N.º 73/2013 de 3 de setembro – Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, apresentamos a nossa informação sobre a situação económica e financeira do Município reportada a 30 junho de 2021

Âmbito do trabalho

O Município não tem obrigação legal de elaborar demonstrações financeiras intercalares (semestrais), pelo que o trabalho desenvolvido teve como suporte a informação contabilística disponível, nomeadamente, balancetes analíticos relativos ao primeiro semestre, bem como os mapas de execução orçamental da receita e despesas preparados pelo Município. A presente informação não é uma auditoria de demonstrações financeiras e, por conseguinte, não é emitido parecer sobre as mesmas, resultando num mero relato da posição económica e financeira do Município conforme requerido por lei.

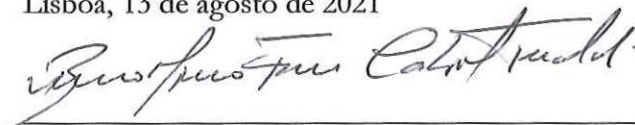
Os procedimentos adotados na análise semestral conducente à emissão da informação sobre a situação económica e financeira, incluindo informação orçamental, consistem essencialmente na execução de procedimentos substantivos de revisão analítica, pelo que não permitem assegurar um nível de confiança idêntico ao proporcionado pelos procedimentos executados na emissão da Certificação Legal das Contas. Assim, consideramos os seguintes procedimentos:

1. Análise ao cumprimento de disposições legais,
2. Análise sumária da execução orçamental por comparação com o período homólogo
3. Análise sumária da informação financeira por comparação com o período homólogo
4. Análise de rácios

Conclusão

Em resultado do trabalho desenvolvido concluímos a nossa informação com a opinião de que, a posição financeira do Município de Pombal é consistente com a do ano anterior e que à data de referência, o total da dívida representa 7,30% (30 de junho de 2020 – 8,09%) do máximo legal permitido. Expressamos também que o Município dispõe das condições financeiras necessárias para cumprir as obrigações assumidas a 30 de junho de 2021.

Lisboa, 13 de agosto de 2021



Valente, Trindade & Associados, SROC, Lda

Representada por:

Bruno Cabral da Trindade, ROC n.º 1713

Índice

1. Introdução e âmbito do trabalho.....	5
1. Execução orçamental.....	5
1.1 Execução orçamental da receita – comparação com o período homologado.....	6
1.2 Execução orçamental da despesa – comparação com o período homologado	7
1.3 Análise rácios receita/despesa.....	7
2. Equilíbrio Orçamental e Endividamento	8
3. Demonstrações financeiras.....	9
3.1 Balanço	10
3.2 Demonstração dos resultados	11
3.3 Estrutura de rendimentos	12
3.4 Estrutura de gastos.....	12
3.5 Análise rácios financeiros	12
4. Conclusão	13

1. Introdução e âmbito do trabalho

O Município não prepara demonstrações financeiras intercalares, não obstante, os registos contabilísticos reconhecidos até 30 de junho de 2021 são feitos com base no princípio da sustentabilidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos de acordo com os princípios contabilísticos previstos no SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo decreto-lei nº 192/2015 de 11 de setembro.

De forma a podermos dar parecer sobre a posição económica e financeira do Município, procedemos à elaboração das peças de demonstrações financeiras (balanço e demonstração de resultados) com base na informação disponibilizada pelo Município.

Dada a alteração ao normativo contabilístico, iniciada em janeiro de 2020, a comparabilidade de algumas rubricas, podem não ser conseguidas na sua integralidade. Ainda assim, entendemos como adequado a sua apresentação. No entanto, aos elementos fornecidos pelo Município que não têm refletido alguns procedimentos relevantes de fecho de contas, procedemos a algumas correções extra-contabilísticas, nomeadamente:

- » imputação ao exercício corrente, de 50% do valor de subsídios ao investimento imputados no exercício anterior;
- » imputação, ao exercício corrente, de 50% dos gastos com depreciações/amortizações verificadas no exercício anterior,

Para além do acima referido e das referências efetuadas ao longo do relatório, com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que os elementos contabilísticos, não apresentam ade forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição orçamental e financeira do município relativos ao período findo em 30 de junho de 2021, de acordo com o sistema de normalização contabilístico para as administrações publicas (SNC-AP).

O nosso trabalho incidiu sobre os documentos disponibilizados e recolhidos, durante o trabalho de campo, nomeadamente, balancetes analíticos, mapas de execução orçamental todos reportados a 30 de junho de 2021.

1. Execução orçamental

O quadro abaixo visa apresentar as dotações de receita e de despesa, face à receita cobrada e despesa paga, com referência a 30 de junho de 2021. Os desvios evidenciados correspondem às receitas estimadas não recebidas e às despesas orçamentadas não pagas. Apresenta-se, igualmente, o grau de execução orçamental geral da receita e da despesa.

Neste âmbito, é importante ser considerado pelos leitores do presente relatório, que os dados inscritos na coluna de Previsões / Dotações corrigidas referem-se aos orçamentos elaborados para o exercício de 2021 na sua integralidade, enquanto, a execução compreende apenas o período compreendido entre 1 de Janeiro e 30 de Junho de 2021, motivo pelo qual o grau de execução não se encontra próximo de 100%.

1.1 Execução orçamental da receita – comparação com o período homólogo

No quadro abaixo é apresentado o mapa de execução orçamental da receita do Município referente ao exercício de 2021 por comparação com o período homólogo.

Os desvios evidenciados correspondem às receitas estimadas não recebidas. Apresenta-se, igualmente, o grau de execução orçamental geral da receita.

Classificação económica	30 de junho de 2021			30 de junho de 2020		
	Previsões corrigidas	Receita cobrada líquida	Grau de execução orçamental	Previsões corrigidas	Receita cobrada líquida	Grau de execução orçamental
Receita corrente	34 861 637,26 €	17 431 007,99 €	50%	33 318 613,00 €	15 692 080,42 €	47%
Receita de capital	6 645 473,06 €	3 048 403,88 €	46%	6 354 125,00 €	2 085 253,52 €	33%
Outras receitas	10 988 884,97 €	7 926 073,17 €	72%	7 457 916,10 €	7 500 969,20 €	101%
Total - Receita	52 495 995,29 €	28 405 485,04 €	54%	47 130 654,10 €	25 278 303,14 €	54%

A receita prevista corresponde ao montante de receitas estimadas para o ano de 2021 e a receita cobrada líquida corresponde a verbas efetivamente recebidas para o período em referência.

O valor das receitas totais líquidas do ano de 2021 encontram-se em linha com o exercício de 2020, tendo sido cobrado o montante de 20.479.411,87€ (exclui o valor inscrito em “outras receitas por cobrar por não se reportarem diretamente à execução da atividade corrente do município). No mesmo período do ano transato, o montante cobrado foi de 17.777.333,94 €.

A execução global da receita é influenciada pela execução do saldo “na posse do serviço”, que transita da gerência anterior, e para o qual é sempre considerada execução plena, motivo pelo qual a rubrica “outras receitas” que apresenta uma execução superior a 100%.

Com base no trabalho efetuado confirmámos que:

- o Município cumpriu os requisitos legais para a cobrança de receita, uma vez que verificámos que não existe receita cobrada em classificações económicas que não tenham previsão no Orçamento.

- a execução orçamental da receita corrente (bruta) com a execução da despesa acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo permitem-nos concluir que o equilíbrio orçamental previsto na Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, está a ser cumprido.

1.2 Execução orçamental da despesa – comparação com o período homologado

No quadro abaixo é apresentado o mapa de execução orçamental da despesa do Município de Pombal referente ao 1.º semestre de 2021 e de 2020.

Os desvios evidenciados correspondem às despesas estimadas e não pagas. Apresenta-se, igualmente, o grau de execução orçamental geral da despesa.

Classificação económica	30 de junho de 2021				
	Dotações corrigidas	Despesa comprometida	Despesa paga	Grau de execução orçamental - compromissos	Grau de execução orçamental - pagamentos
Despesa corrente	28 517 468,23 €	25 441 451,74 €	11 894 222,98 €	89%	42%
Despesa de capital	23 978 527,06 €	21 779 337,64 €	7 919 158,22 €	91%	33%
Total - Despesa	52 495 995,29 €	47 220 789,38 €	19 813 381,20 €	90%	38%

Classificação económica	30 de junho de 2020				
	Dotações corrigidas	Despesa comprometida	Despesa paga	Grau de execução orçamental - compromissos	Grau de execução orçamental - pagamentos
Despesa corrente	26 258 781,31 €	22 072 418,71 €	10 139 089,97 €	84%	39%
Despesa de capital	20 871 872,79 €	17 503 095,08 €	5 371 879,75 €	84%	26%
Total - Despesa	47 130 654,10 €	39 575 513,79 €	15 510 969,72 €	84%	33%

Comparando o grau de execução orçamental da despesa global com base nos pagamentos do exercício, verificamos que existe uma ligeira subida face a 2020, passando de 33 % para 38%.

Por outro lado, quando consideramos a despesa comprometida, o grau de execução orçamental aumentou ligeiramente, passando de 84% para 90%.

1.3 Análise rácios receita/despesa

Listamos abaixo um conjunto de rácios baseados nos dados orçamentais com referência ao 1.º semestre de 2021:

30 de junho de 2021	Previsões / Dotações corrigidas	Execução
Grau de cobertura da despesa corrente pela receita corrente	122%	172%
Despesa		
Peso da despesa corrente na despesa total	54%	65%
Peso da despesa de capital na despesa total	46%	35%
Receita		
Peso da receita corrente na receita total	84%	85%
Peso da receita de capital na receita total	16%	15%
Peso das transferências correntes na receita corrente	42%	44%

Do ponto de vista da execução, a receita corrente executada superou a despesa corrente paga. Constatase, deste modo, que a receita corrente foi suficiente para fazer face ao cumprimento da despesa corrente.

A despesa corrente representa 65% da despesa total paga. A despesa de capital representa 35% da despesa total paga.

Conclui-se que a receita corrente representa 84% da receita total prevista e 85% da receita total executada.

2. Equilíbrio Orçamental e Endividamento

No que respeita ao equilíbrio orçamental, no artigo 40º da Lei n.º 73/2013, define-se, entre outros aspetos, que os orçamentos das entidades do setor local devem prever as receitas necessárias para cobrir todas as despesas. Sem prejuízo deste facto, “a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente (...)”.

No quadro abaixo apresenta-se a evolução da receita/pagamento do Município no fim do exercício, para os exercícios de 2017 a 2020, que confirma que a receita corrente executada é suficiente para fazer face a despesa corrente executada, nos vários anos.



Principais indicadores económicos	1º semestre 2021	1º semestre 2020	1º semestre 2019	1º semestre 2018	1º semestre 2017
Total de receita cobrada líquida	28 405 485,04 €	25 278 303,14 €	24 936 912,20 €	21 824 743,06 €	26 424 852,84 €
Total de despesa paga	19 813 381,20 €	15 510 969,72 €	15 678 749,49 €	13 911 714,45 €	19 565 882,58 €
Saldo do semestre	8 592 103,84 €	9 767 333,42 €	9 258 162,71 €	7 913 028,61 €	6 858 970,26 €
Saldo corrente (semestre)	5 536 785,01 €	5 552 990,45 €	6 013 791,53 €	5 891 442,75 €	5 565 737,49 €

A esta data, o Município cumpre a regra do equilíbrio financeiro definido por Lei.

Endividamento

No que respeita ao endividamento, o artigo 52º da Lei 73 / 2013 apresenta as disposições legais que regulam o regime de crédito dos Municípios. A dívida total de operações orçamentais do Município, não pode ultrapassar em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita líquida cobrada nos 3 exercícios anteriores (33.310.985,52 €). A dívida total de operações orçamentais do Município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento por iniciativa dos municípios junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

Em face do exposto e considerando o limite máximo de endividamento permitido (49.966.478,28 €), concluímos que o município cumpre o limite legal, dispondo ainda de uma larga margem de segurança, uma vez que a dívida se situa nos 3.648.820,62.

3. Demonstrações financeiras

De seguida iremos analisar o balanço e a demonstração de resultados salientando, no entanto, que a reexpressão da informação financeira relativa ao exercício anterior (comparativos) é apresentada através da conversão dos saldos para as contas e rubricas das demonstrações financeiras de acordo com SNC-AP, pelo que os números aqui apresentados podem não ser totalmente comparáveis.

Os números comparativos contidos no balanço em análise referem-se aos períodos findos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2010, respetivamente. Por outro lado, os comparativos no que diz respeito à demonstração de resultados referem-se ao 1 semestre de 2021 e 2020, respetivamente.

A informação económica e financeira aqui contida inclui não só os registos que decorrem da despesa paga e receita liquidada durante os períodos em análise, mas também, todos os custos e proveitos que respeitam ao mesmo período, independentemente da data do seu pagamento e/ou recebimento.

3.1 Balanço

MUNICIPIO DE POMBAL

PERIODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021 e 31 de DEZEMBRO DE 2020

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	30.06.2021	31.12.2020
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis		221 481 202,70 €	221 672 666,56 €
Propriedades de investimento		11 476 928,63 €	11 476 928,63 €
Ativos intangíveis		65 262,79 €	58 443,71 €
Participações financeiras		2 672 706,24 €	2 672 706,24 €
Outras contas a receber		93 280,60 €	102 501,43 €
Total do ativo não corrente		235 789 380,96 €	235 983 246,57 €
ATIVO CORRENTE:			
Inventários		137 700,31 €	135 088,24 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		2 280 966,36 €	2 919 671,38 €
Clientes, contribuintes e utentes		1 390 423,30 €	1 594 829,41 €
Estado e outros entes públicos		856 028,13 €	838 753,61 €
Outros créditos a receber		55 817,24 €	642 656,51 €
Caixa e depósitos		11 351 144,02 €	10 199 350,34 €
Total do ativo corrente		16 072 079,36 €	16 330 349,49 €
Total do ativo		251 861 460,32 €	252 313 596,06 €
PATRIMONIO LIQUIDO			
PATRIMÓNIO LIQUIDO			
Património/Capital		50 462 719,21 €	48 827 503,10 €
Reservas		5 317 894,04 €	5 238 968,28 €
Resultados transitados		118 377 421,24 €	118 513 047,98 €
Ajustamentos em ativos financeiros		843 602,20 €	843 602,20 €
Outras variações no Património líquido		67 195 152,52 €	67 434 439,79 €
Resultado líquido do período		- 186 301,04 €	1 578 515,13 €
Total Património Líquido		242 010 488,18 €	242 436 076,48 €
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões		2 248 758,01 €	2 248 758,01 €
Financiamentos obtidos		2 758 400,22 €	2 462 425,95 €
Outras contas a pagar		- €	264,44 €
Total do passivo não corrente		5 007 158,23 €	4 711 448,40 €
PASSIVO CORRENTE:			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos		50,00 €	1 300,00 €
Fornecedores		394 211,02 €	708 278,32 €
Estado e outros entes públicos		189 169,92 €	96 776,85 €
Fornecedores de investimentos		109 559,38 €	- €
Financiamentos obtidos		192 978,34 €	397 763,78 €
Outras contas a pagar		3 845 987,75 €	3 929 949,73 €
Diferimentos		111 857,50 €	32 002,50 €
Total do passivo corrente		4 843 813,91 €	5 166 071,18 €
Total do passivo		9 850 972,14 €	9 877 519,58 €
Total do Património líquido e do Passivo		251 861 460,32 €	252 313 596,06 €



3.2 Demonstração dos resultados

Considerando os pressupostos anteriormente referidos, apresentamos abaixo a demonstração de resultados comparativa para o período findo em 30 de junho de 2020.

MUNICIPIO DE POMBAL
PERIODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	30.06.2021	30.06.2020
Impostos, contribuições e taxas	5 417 420,72 €	4 729 258,47 €
Vendas	670 979,01 €	700 130,13 €
Prestação de serviços e concessões	2 120 459,76 €	2 098 378,11 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	7 518 979,94 €	7 246 063,11 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- 90 157,07 €	- 60 021,42 €
Fornecimentos e serviços externos	- 4 135 043,21 €	- 3 938 268,45 €
Gastos com o pessoal	- 4 462 769,83 €	- 4 364 169,38 €
Transferências e subsídios correntes concedidos	- 3 286 366,01 €	- 2 270 470,23 €
Outros rendimentos	3 241 578,83 €	653 229,07 €
Outros gastos	- 117 553,02 €	- 787 333,81 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	6 877 529,12 €	4 006 795,60 €
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	- 7 044 610,14 €	- 4 975 403,72 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	- 167 081,02 €	- 968 608,12 €
Juros e rendimentos similares obtidos	3 249,95 €	13 383,60 €
Juros e gastos similares suportados	- 22 469,97 €	- 12 765,68 €
Resultado antes de impostos	- 186 301,04 €	- 967 990,20 €
Imposto sobre o rendimento do período	- €	- €
Resultado líquido do período	- 186 301,04 €	- 967 990,20 €



3.3 Estrutura de rendimentos

Descrição	Em Euro		
	30.06.2021	30.06.2020	Varição
Impostos, contribuições e taxas	5 417 420,72 €	4 729 258,47 €	688 162,25 €
Vendas e prestação de serviços	2 791 438,77 €	2 798 508,24 €	- 7 069,47 €
Transferencia e subsídios correntes obtidos	7 518 979,94 €	7 246 063,11 €	272 916,83 €
Outros rendimentos	3 241 578,83 €	653 229,07 €	2 588 349,76 €
Juros e rendimentos similares	3 249,95 €	- €	3 249,95 €
Total da estrutura de rendimentos	18 972 668,21 €	15 427 058,89 €	2 857 447,07 €

3.4 Estrutura de gastos

Descrição	Em Euro		
	30.06.2021	30.06.2020	Varição
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	90 157,07 €	60 021,42 €	30 135,65 €
Fornecimentos e serviços externos	4 135 043,21 €	3 938 268,45 €	196 774,76 €
Transferências e subsídios correntes concedidos	3 286 366,01 €	2 270 470,23 €	1 015 895,78 €
Gastos com o pessoal	4 462 769,83 €	4 364 169,38 €	98 600,45 €
Outros gastos	117 553,02 €	787 333,81 €	- 669 780,79 €
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	7 044 610,14 €	4 975 403,72 €	2 069 206,42 €
Juros e gastos similares suportados	22 469,97 €	12 765,68 €	9 704,29 €
Total da estrutura de gastos	19 158 969,25 €	16 408 432,69 €	2 750 536,56 €

3.5 Análise rácios financeiros

Indicadores financeiros	30.06.2021	30.06.2020	Varição
Ativo fixo tangível	235 789 380,96 €	235 983 246,57 €	- 193 865,62 €
Património Líquido	242 010 488,18 €	242 436 076,48 €	- 425 588,31 €
Capitais permanentes	247 017 646,41 €	247 147 524,88 €	- 129 878,48 €
Solvabilidade (CP/Passivo) em %	2456,72%	2454,42%	2%
Liquidez geral	3,32	3,16	16%
Liquidez reduzida	3,29	3,13	15%
Autonomia financeira	96,09%	96,09%	0%
Endividamento	3,91%	3,91%	(0%)
Fundo de Manco	11 228 265	11 164 278	63 987
Prazo médio de pagamentos (dias)	34	65	(31)



4. Conclusão

Em resultado do trabalho desenvolvido concluímos a nossa informação com a opinião de que, a posição financeira do MUNICÍPIO DE POMBAL é consistente com a do ano anterior e que à data de referência, o total da dívida representa 7,30% (30 de junho de 2020 – 8,09%) do máximo legal permitido. Expressamos também que o Município dispõe das condições financeiras necessárias para cumprir as obrigações assumidas a 30 de junho de 2021.

Lisboa, 13 de agosto de 2021



Valente, Trindade & Associados, SROC, Lda